



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

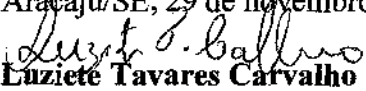
Ata de reunião para Recebimento e Abertura dos Envelopes de Habilitação e Proposta de Preços da **CONCORRÊNCIA Nº 03/2023**, que tem como objeto: **“Implantação da rodovia SE-175, trecho: Entr. SE-414 / Entr. SE-170 (Feira Nova), com extensão total aproximada de 40,07km, neste Estado,”** nos termos do Edital e seus ANEXOS.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas e trinta minutos, com tolerância de 10 minutos, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação do DER/SE, sob a presidência em exercício da Belª Luziete Tavares Carvalho, diante da ausência justificada do seu titular, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º da Portaria nº 006/2023, alterada pelas Portarias nºs 062/2023 e 063/2023, do Diretor Presidente do DER/SE, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, bem como da Lei Estadual nº 5.848/2006, a fim de receber e abrir os documentos contidos nos Envelopes: Nº 01 – CREDENCIAL, Nº 02 – HABILITAÇÃO, Nº 03 – CD – HABILITAÇÃO, Nº 04 – PROPOSTA DE PREÇOS e Nº 05 – CD – PROPOSTA DE PREÇOS, da **Concorrência nº 03/2023**, conforme objeto acima descrito. Inicialmente, o Presidente da Comissão, destaca que foi realizada ampla divulgação através da Assessoria de Comunicação, nos 4 (quatro) murais do DER/SE, bem como, pelas entidades representativas de categoria, quais sejam: CREA-SE, SINDUSCON-SE e de outras regionais, CLUBE DE ENGENHARIA-SE, ASEOPP-SE, SENGE-SE, ABDER, e nos sites de divulgação: WAP, BIGMASTER, PESQUISA RCC e do DER/SE, e promovida, ainda, as publicações no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado e no Jornal de grande circulação local, todos do dia 26/10/2023. A Comissão declarou aberta a sessão, fazendo constar que compareceram à reunião, conforme credenciais apresentadas no Envelope nº 01, as Empresas: **COENPA INFRAESTRUTURA S/A** representada pelo Sr. José Marcos da Silva, **NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.** representada pelo Sr. Carlos Emílio Alcântara Correia, **TOP ENGENHARIA LTDA.** representada pelo Sr. Luiz Sandro Silva de Almeida e **TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA.** representada pela Srª. Bruna Rafaela Santos do Nascimento. Após a análise das credencias, os documentos foram rubricados pela Comissão e pelos Licitantes. Ato contínuo, a Comissão solicitou aos representantes das Licitantes os Envelopes nos 02, 03, 04 e 05. Recebidos os Envelopes nos 02, 03, 04 e 05 os quais, ainda lacrados, foram rubricados pelos representantes das Licitantes e pela Comissão. Em seguida, procedeu-se a abertura dos Envelopes nºs 02 e 03, contendo a **Habilitação** das Licitantes, e aposição das devidas rubricas. Em seguida, os representantes das Licitantes foram arguidos quanto ao interesse em registrar manifestações. Por sua vez, a representante da Licitante **TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA.** alegou o seguinte: *“a Empresa TOP ENGENHARIA LTDA não atendeu ao item 7.2.3, “g” do edital”*. Finalizando, todas as Licitantes requereram cópia da Habilitação das suas proponentes. A Comissão informou que, tão logo providencie as cópias, estas serão disponibilizadas às Licitantes através de e-mail. Nada mais foi dito ou requerido. Diante da complexidade do objeto, a Comissão decidiu suspender os trabalhos para uma análise mais apurada dos documentos habilitatórios pelo setor técnico competente do DER/SE, informando a todos os presentes que o julgamento da fase de Habilitação será proferido e dado conhecimento a todos posteriormente, conforme preconiza o Inciso, I, alínea “a” e § 1º do artigo 109 da Lei Federal




GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA - SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE - DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

nº 8.666/1993, e ainda, divulgado no sítio eletrônico do DER/SE. Por fim, foi informado que os Envelopes contendo as Propostas de Preços, ficarão retidos com a Comissão, devidamente lacrados e rubricados pelos representantes das Licitantes presentes e pela Comissão. Nada mais havendo a ser tratado, lavra-se a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes, entregando-se cópia da mesma a todos
Araçáju/SE, 29 de novembro de 2023.


Luziete Tavares Carvalho
Presidente em Exercício

Membros:


Dayse Bomfim Santos


Izabelly Nealy Santana Silva


Naira Maria Rego de Carvalho

LICITANTES:


COENPA INFRAESTRUTURA S/A


NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.


TOP ENGENHARIA LTDA.


TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA Rodoviária
DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Ata de reunião para julgamento dos documentos habilitatórios da **CONCORRÊNCIA Nº 03/2023**, que tem como objeto: **“Implantação da rodovia SE-175, trecho: Entr. SE-414 / Entr. SE-170 (Feira Nova), com extensão total aproximada de 40,07km, neste Estado”**, nos termos do Edital e seus ANEXOS.

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação do DER/SE, sob a presidência do Bel. Frederico Galindo de Góes, constituída pela Portaria nº 006/2023 e alterada pelas Portarias nºs 062/2023 e 063/2023, do Diretor Presidente do DER/SE, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, bem como da Lei Estadual nº 5.848/2006, a fim de julgar os documentos contidos no Envelope Nºs 02 e 03 – **HABILITAÇÃO**, da **Concorrência nº 03/2023**, conforme objeto acima descrito. Iniciando os trabalhos, a Comissão fez a leitura da **Ata de 29/11/2023** de Recebimento e Abertura dos Envelopes de Habilitação das Licitantes: **COENPA INFRAESTRUTURA S/A, NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, TOP ENGENHARIA LTDA e TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA**, e em razão da necessidade de análise mais detalhada dos documentos apresentados, aquela reunião fora suspensa e a Comissão enviou as Habilitações e questionamento da Licitante ao setor técnico competente do DER/SE para conferência e emissão de Parecer. No que lhe compete, a Diretoria Técnica – DITEC do DER/SE proferiu o Parecer Técnico anexado aos autos acerca das Qualificações Técnicas das Licitantes nos seguintes termos: (...) **“I – Das Exigências de Qualificação Técnica: Os requisitos de Qualificação Técnica exigidos no Edital foram os seguintes: 7.2.3.1. A comprovação da Qualificação Técnica está condicionada a apresentação de cópia dos seguintes documentos: a) Certidão de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente no Estado de sua sede ou do seu domicílio; b) Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional, mediante Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, emitido(s) em nome da empresa licitante, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT ou Anotação(ões)/Registro(s) de Responsabilidade Técnica – ART/RRT emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente em nome do(s) profissional(ais) vinculado(s) ao(s) referido(s) Atestado(s), como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome da empresa licitante (Acórdão nº 2326/2019-Plenário do TCU), que comprove(m) ter a empresa licitante executado obra(s) e/ou serviço(s) com compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto deste Edital e seus anexos, especificamente nas características e quantidades relativas às parcelas de maior relevância relacionadas abaixo: 1. Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - 112.196,00 m³; 2. Escavação, carga e transporte de material de 3ª categoria - 48.084,00 m³; 3. Aduela/ galeria fechada pre-moldada de concreto armado, seção quadrangular interna de 1,50 x 1,50 m (l x a), misula de 20 x 20 cm, c = 1,00 m, espessura min = 15 cm, tb-45 e fck do concreto = 30 mpa fornecimento e assentamento. af_01/2023 - 39,00 m; 4. Base estabilizada granulometricamente com mistura solo brita (70% - 30%) na pista com material de jazida e brita comercial,**



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA - SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
DE SERGIPE - DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

47 **inclusive indenização, exclusive transporte - 35.662,30 m³; 5. Concreto**
48 **asfáltico - faixa C - areia e brita granítica comerciais, sem fornecimento e**
49 **transporte de material betuminoso, exclusive transporte de agregados e do**
50 **concreto - 19.233,60 t. b.1) Em caso de apresentação de mais de um Atestado ou**
51 **Certidão para cumprimento desta alínea, a empresa licitante deverá fazer a referida**
52 **identificação; c) Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional, mediante**
53 **Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, emitida(s) pelo Conselho Regional de**
54 **Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Profissional competente, em nome**
55 **de profissional(ais) reconhecido pela entidade competente, integrante(s) do quadro**
56 **permanente da empresa licitante na data prevista para a entrega da Proposta, que**
57 **demonstre(m) que o(s) mesmo(s) possua(m) Anotação(ões)/Registro(s) de**
58 **Responsabilidade Técnica - ART/RRT por execução de obra(s) e/ou serviço(s) de**
59 **características compatíveis e semelhantes às do objeto deste Edital e seus anexos,**
60 **relativas às parcelas de maior relevância relacionadas abaixo: 1. Escavação, carga**
61 **e transporte em material de 1ª categoria; 2. Escavação, carga e transporte de**
62 **material de 3ª categoria; 3. Aduela/ galeria fechada pre-moldada de concreto**
63 **armado, seção quadrangular interna de 1,50 x 1,50 m (l x a), misula de 20 x 20**
64 **cm, c = 1,00 m, espessura min = 15 cm, tb-45 e fck do concreto = 30 mpa**
65 **fornecimento e assentamento. Af_01/2023; 4. Aduela/ galeria fechada pre-**
66 **moldada de concreto armado, seção quadrangular interna de 2,50 x 2,50 m (l x**
67 **a), misula de 20 x 20 cm, c = 1,00 m, espessura min = 15 cm, tb-45 e fck do**
68 **concreto = 30 mpa fornecimento e assentamento. af_01/2023; 5. Base**
69 **estabilizada granulometricamente com mistura solo brita (70% - 30%) na pista**
70 **com material de jazida e brita comercial, inclusive indenização, exclusive**
71 **transporte. 6. Concreto asfáltico - faixa C - areia e brita granítica comerciais,**
72 **sem fornecimento e transporte de material betuminoso, exclusive transporte**
73 **de agregados e do concreto. c.1) A comprovação de que o profissional indicado na**
74 **presente alínea integra o quadro permanente da empresa licitante far-se-á através**
75 **da apresentação de cópia dos seguintes documentos: c.1.1) Contrato de trabalho**
76 **por tempo indeterminado; e/ou c.1.2) Carteira de Trabalho e Previdência Social -**
77 **CTPS; e/ou c.1.3) Ficha de Registro de Empregados; e/ou c.1.4) Contrato de**
78 **Prestação de Serviço; e/ou c.1.5) Contrato Social e a sua última alteração (caso**
79 **exista alteração), na hipótese de o profissional ser sócio da empresa licitante,**
80 **ficando dispensados os documentos exigidos nas alíneas "c.1.1" a "c.1.4" supra. d)**
81 **Indicação do Responsável Técnico, cuja substituição durante a execução do**
82 **contrato só será possível por profissional igualmente qualificado, mediante a**
83 **expressa aprovação da fiscalização do DER/SE, conforme modelo Anexo; e)**
84 **Declaração de concordância do Responsável Técnico, conforme modelo Anexo; f)**
85 **Declaração de Responsabilidade e de Liberação Ambiental, conforme modelo**
86 **Anexo; g) Licença de Operação fornecida pelo órgão e/ou entidade ambiental**
87 **competente da Usina de Asfalto de propriedade da Licitante que será utilizada na**
88 **execução do objeto licitado. Na falta de Usina de Asfalto própria, a Licitante poderá**
89 **apresentar a Licença de Operação da Usina de Asfalto de terceiro que será utilizada**
90 **na execução do objeto licitado, desde que acompanhada de Termo de Compromisso**
91 **de Fornecimento firmado entre a Licitante e o proprietário da respectiva Usina de**
92 **Asfalto (Acórdão nº 6047/2015-2ª Câmara do TCU e Agravo de Instrumento**



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

837832/MG do STF). A Usina de Asfalto deverá ser localizada dentro do território sergipano, haja vista que o objeto licitado contempla a aplicação de massa asfáltica (CAUQ) pela própria Licitante Contratada e também o fornecimento, sem transporte, de massa asfáltica (CAUQ ou PMF) para o DER/SE, de modo que o fornecimento de tais insumos para a Autarquia fora do território sergipano implicaria em contratação antieconômica em decorrência da onerosidade dos custos para transporte do material pela própria Administração; h) Declaração de Disponibilidade e Relação dos Equipamentos necessários à elaboração do serviço ou obra; i) Declaração de Disponibilidade e Relação do Pessoal Técnico necessário à elaboração do serviço ou obra; j) Declaração da empresa licitante de que conhece o local da obra, conforme **ANEXO**, devidamente assinada por responsável técnico ou outro profissional indicado pela empresa licitante com formação profissional compatível com o objeto licitado, com menção do título profissional e número de registro junto ao CREA (de acordo com a Lei nº 5.194/66 e a Resolução nº 282 de 24 de agosto de 1983 do CONFEA) ou Conselho Profissional competente. **II – Da Análise Técnica.** Da análise da Habilitação da Licitante **COENPA INFRAESTRUTURA S/A**, verifica-se que, para fins de comprovação da sua Qualificação Técnica exigida pelo Edital, a mesma se utilizou de Atestados de Capacidade Técnica em nome de outra empresa estranha ao presente processo licitatório, qual seja, a **CONSTRUÇÕES ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO ENPAVI LTDA.**, com intuito de demonstrar transferência de Acervo Técnico que é vedada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 1.528/2012-Plenário: VOTO: (...) 6. Segundo a unidade técnica em sua manifestação, **o acervo técnico constitui atributo indissociável da pessoa do sujeito de direito que a detém, não podendo ser transferido, por não se enquadrar no conceito de bem jurídico.** Para tanta, a especializada em obras suportou grande parte da sua convicção na doutrina de ilustres administrativistas, a saber: i. professor Marçal Justen Filho - artigo "Capacitação técnico-operacional em licitações de obra e serviço de engenharia: cessão de acervo técnico"[footnoteRef:2] (cf. itens 45 a 58 da instrução, transcritos no item 8 do relatório precedente ao voto); [2: In revista ILC - Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba, Zênite, janeiro/2001, 83, p. 3-32.] ii. Carlos Pinto Coelho Motta - lição do saudoso mestre no mesmo sentido, disposta no seu "Eficácia nas Concessões, Permissões e Parcerias", p. 96 (item 59 da instrução); e iii. José Edwaldo Tavares Barbosa - preleção na obra Direito Societário, 9ª Ed. p. 198 (item 60 da manifestação técnica). (...) Ante o exposto, concordando, no mérito, com os pareceres exarados nos autos no sentido de que a aceitação, para fins de habilitação da empresa EIT Construções S/A, de atestados técnicos emitidos em nome da empresa EIT Empresa Industrial Técnica S/A configurou irregularidade, haja vista a **impossibilidade jurídica de transferência de acervo técnico** entre essas empresas, VOTO por que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à deliberação deste egrégio Plenário. (TCU, Acórdão nº 1.528/2012-Plenário, Relator Ministro Augusto Nardes, Sessão de 20/06/2012.) Aliás, trata-se de jurisprudência já reiterada pela Corte Federal de Contas, a exemplo do Acórdão nº 1847/2015-Plenário: 7. Nessa linha, ressalto que, no âmbito administrativo, aquele Tribunal Federal, ao ser cientificado sobre a representação em exame, reconheceu que o atestado apresentado pela empresa representada não atendia ao disposto no edital



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

139 do certame, eis que não se referia à capacidade operacional da empresa que
140 participava da licitação, mas de todas que compunham o grupo econômico a que
141 pertencia. (TCU, Acórdão nº 1847/2015-Plenário, Relator Ministro Benjamin Zymler,
142 Sessão de 29/07/2015.) Ademais, verifica-se que a pretensa cessionária do Acervo
143 Técnico consta na documentação apresentada pela Licitante como em
144 “Recuperação Judicial”, de modo que a transferência de Atestados pretendida
145 poderia, em tese, caracterizar manobra para que empresa impedida de participar da
146 Licitação se utilizasse de outra nova empresa para simplesmente burlar tal
147 impedimento. A respeito da licitante **TOP ENGENHARIA LTDA** apresentou a
148 Licença Ambiental para Operação da Usina de Asfalto da empresa NEUFREIRE
149 CONSTRUTORA LTDA, emitida pela SEMARH. Entretanto, a usina de asfalto está
150 localizada no município de Lauro de Freitas / BA. Tal distância, se torna inviável
151 economicamente com relação ao custo do transporte do material para obra, uma vez
152 que o DMT máximo adotado para o orçamento referencial é de 80,0 km. E também
153 tecnicamente, pois o concreto asfáltico deve possuir um rigoroso controle
154 tecnológico, no que se trata de granulometria, teor de betume, estabilidade, vazios,
155 temperatura e equipamentos. E para poder ser empregado em pavimentação, o
156 CAP, que é um material termoplástico, necessita ser aquecido para alcançar a
157 viscosidade apropriada à mistura, normalmente a temperaturas superiores a 100 °C
158 (PETROBRAS, 1996 apud ODA, NASCIMENTO & EDEL, 2005). O transporte do
159 concreto asfáltico produzido da usina ao ponto de aplicação, deve ser por
160 caminhões, tipo basculante, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura
161 especificada. Cada carregamento deve ser coberto com lona ou outro material
162 aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura. Portanto, não atende aos
163 requisitos técnico e econômico a localização da Usina de Asfalto apresentada.
164 **7.2.3.1. A comprovação da Qualificação Técnica está condicionada a apresentação**
165 **de cópia dos seguintes documentos: (...) g) Licença de Operação fornecida pelo**
166 **órgão e/ou entidade ambiental competente da Usina de Asfalto de propriedade da**
167 **Licitante que será utilizada na execução do objeto licitado. Na falta de Usina de**
168 **Asfalto própria, a Licitante poderá apresentar a Licença de Operação da Usina de**
169 **Asfalto de terceiro que será utilizada na execução do objeto licitado, desde que**
170 **acompanhada de Termo de Compromisso de Fornecimento firmado entre a Licitante**
171 **e o proprietário da respectiva Usina de Asfalto (Acórdão nº 6047/2015-2ª Câmara do**
172 **TCU e Agravo de Instrumento 837832/MG do STF); III – Conclusão: De acordo com**
173 **a análise efetuada acima, entendemos que as licitantes: COENPA**
174 **INFRAESTRUTURA S.A e TOP ENGENHARIA LTDA devem ser declaradas**
175 **INABILITADAS TECNICAMENTE. E as licitantes: NOVATEC CONSTRUÇÕES E**
176 **EMPREENDEIMENTOS LTDA e TORRE EMPREENDEIMENTOS RURAL E**
177 **CONSTRUÇÃO LTDA devem ser declaradas HABILITADAS TECNICAMENTE. É o**
178 **Parecer, S.M.J.”** Diante do exposto, com base no Parecer Técnico referido alhures da
179 Diretoria Técnica – DITEC do DER/SE, a Comissão, por um lado, julga **INABILITADAS** as
180 Licitantes **COENPA INFRAESTRUTURA S.A e TOP ENGENHARIA LTDA**, por não
181 terem atendido todas as exigências constantes do Edital. Por outro lado, as demais Licitantes
182 atenderam às exigências de Habilitação do Edital, razão pela qual a Comissão julga
183 **HABILITADAS** as Licitantes: **NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDEIMENTOS**
184 **LTDA e TORRE EMPREENDEIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA**, por



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

atenderem as exigências do Edital e da Lei Federal nº 8.666/1993. Por fim, o Presidente determinou que as Licitantes fossem intimadas da presente decisão, na forma da Lei nº 8.666/1993, assegurando-lhes o direito à interposição de recurso. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião lavrando-se a Ata que após lida e achada conforme vai assinada pelos presentes.

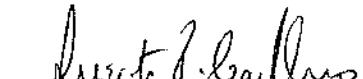
Aracaju/SE 20 de dezembro de 2023.


Frederico Galindo de Góes

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Membros:


Dayse Bomfim Santos


Luziete Tavares Carvalho


Izabelly Noaly Santana Silva


Naira Maria Rego de Carvalho



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Ata de reunião para abertura das **Propostas de Preços da CONCORRÊNCIA Nº 3/2023**, que tem como objeto: **“Implantação da rodovia SE-175, trecho: Entr. SE-414 / Entr. SE-170 (Feira Nova), com extensão total aproximada de 40,07km, neste Estado,”** nos termos do Edital e seus ANEXOS.

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e trinta minutos, com tolerância dez minutos, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação do DER/SE, sob a presidência do Bel. Frederico Galindo de Góes, constituída pela Portaria nº 005/2024, do Diretor Presidente do DER/SE, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, bem como da Lei Estadual nº 5.848/2006, a fim de abrir os Envelopes Nº 04 – Proposta de Preços e Nº 05 – CD - Proposta de Preços da **CONCORRÊNCIA Nº 3/2023**, conforme objeto acima descrito. Inicialmente, o Presidente da Comissão declarou aberta a sessão, fazendo constar à presença das Licitantes: **COENPA INFRAESTRUTURA S/A** representada pelo Sr. José Marcos da Silva e **TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA.** representada pela Srª. Semária Lima Moura, ambos devidamente credenciados no certame. Na sequência, procedeu-se à abertura dos **Envelopes nºs 04 e 05 – Proposta de Preços**, as quais foram lidas constando os seguintes termos: **COENPA INFRAESTRUTURA S/A** apresentou proposta no valor de **R\$ 77.002.090,59 (setenta e sete milhões e dois mil e noventa reais e cinquenta e nove centavos)**, **NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.** apresentou proposta no valor de **R\$ 94.756.902,61 (noventa e quatro milhões e setecentos e cinquenta e seis mil e novecentos e dois reais e sessenta e um centavos)** e **TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA** apresentou proposta no valor de **R\$ 81.222.875,38 (oitenta e um milhões e duzentos e vinte e dois mil e oitocentos e setenta e cinco reais e trinta e oito centavos)**. As Licitantes apresentaram suas Propostas com prazo de validade de **60 (sessenta) dias** e prazo estimado para execução dos serviços de **720 (setecentos e vinte)**, contados a partir da data de emissão, pelo DER/SE, da respectiva Ordem de Serviço. Após a leitura das Propostas de Preços, estas foram verificadas e rubricadas pelos representantes das Licitantes e pela Comissão. Em seguida, os representantes das Licitantes foram arguidos quanto ao interesse em registrar manifestações. Por sua vez, as Licitantes requereram cópia das Propostas de Preços das suas proponentes. A Comissão informou que, tão logo providencie as cópias, estas serão disponibilizadas às Licitantes através de e-mail. Nada mais foi dito ou requerido. Diante da complexidade do objeto, a Comissão decidiu suspender os trabalhos para uma análise mais apurada das Propostas de Preços dos setores técnicos competente do DER/SE, informando a todos os presentes que o julgamento da fase de Classificação será proferido e dado conhecimento a todos posteriormente, conforme preconiza o Inciso, I, alínea “b” e § 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993. Nada mais havendo a ser tratado, lavra-se



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes,
entregando-se cópia da mesma a todos.

Aracaju/SE, 12 de março de 2024.


Frederico Galindo de Góes

Presidente da Comissão de Licitação

Membros:


Dayse Bomfim Santos


Izabelly Noaly Santana Silva


Luziete Tavares Carvalho


Vaneide Souza Coelho Menezes

LICITANTES:


COENPA INFRAESTRUTURA S/A

NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. – Representante ausente


TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA.